



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA  
INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
JOSÉ GOMES DA SILVA



**RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO  
SOBRE A COMUNIDADE DE QUILOMBO  
DE ANDRÉ LOPES, LOCALIZADA NO  
MUNICÍPIO DE ELDORADO  
NO VALE DO RIBEIRA - SP**

outubro/2000

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO: POPULAÇÕES CAMPONESAS NEGRAS .....</b>	<b>2</b>
<b>2. O LOCAL DE ESTUDO: O VALE DO RIBEIRA .....</b>	<b>9</b>
<b>3. AS COMUNIDADES NEGRAS NO VALE DO RIBEIRA .....</b>	<b>10</b>
<b>4. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....</b>	<b>14</b>
<b>5. A COMUNIDADE DE ANDRÉ LOPES: HISTÓRIA.....</b>	<b>21</b>
<b>6. A VIDA HOJE EM ANDRÉ LOPES .....</b>	<b>37</b>
<b>7. CONCLUSÕES.....</b>	<b>42</b>
<b>8. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>46</b>
<b>9. ANEXO: DIAGRAMA DE PARENTESCO.....</b>	<b>49</b>

## 1. Introdução: Populações Camponesas Negras

As populações negras do Vale do Ribeira aqui consideradas são *camponesas*, ou, mais precisamente, *populações florestais camponesas*. Portanto, no que diz respeito às formas de apropriação do espaço e às formas de organização dos grupos familiares, podemos tratá-las com o apoio do instrumental teórico construído pelas Ciências Sociais para o estudo das populações camponesas.

Populações camponesas de estudos clássicos e as populações rurais negras ou não do Vale do Ribeira presentes em diversos estudos<sup>1</sup> possuem semelhanças estruturais que dizem respeito ao modo de produção com baixo impacto ambiental, baseado no trabalho da família, e com pequena participação no mercado. Kerblay nos lembra que a teoria econômica camponesa desenvolvida por Chayanov, baseada no trabalho da unidade de produção familiar, contestava teóricos marxistas para os quais esta não passava de uma forma incipiente ou pequeno-burguesa de relações capitalistas. Portanto, para Chayanov, as formas da economia camponesa deveriam ser tratadas como um sistema em si, e não como uma variante marginal da produção mercantil<sup>2</sup>.

Eric Wolf define o campesinato como *produtores agrícolas que seguem um modo de vida em terra que o camponês controla*<sup>3</sup>. O autor, citando Kroeber, argumenta que as sociedades camponesas constituem grupos particulares pertencentes a sociedades mais amplas<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup>– Petrone, 1961; Petrone, 1966; Pereira de Queiroz, 1967; Müller, 1980; Martinez, 1995; Queiroz, 1983; Zan, 1986; Carril, 1995; Brandão, 1998; Mirales, 1998; Paoliello, 1992 e 1999, entre outros.

<sup>4</sup> Kerblay, 1988.

<sup>5</sup> Redfield, 1988: 60; tradução minha.

<sup>4</sup> Idem.

Renato Queiroz<sup>5</sup> classifica os moradores de Ivaporunduva, o bairro rural negro mais antigo do Vale, como *caipiras negros*, seguindo uma linha de análise iniciada por Antônio Cândido, que define a cultura caipira como sendo uma

*cultura ligada a formas de sociabilidade e subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros*<sup>6</sup>.

Tratava-se de um modo de vida baseado em níveis mínimos de produção e consumo, segundo os quais as necessidades materiais revelavam-se muito poucas. Não se tratava, portanto, de economia com base monetária, e sim de uma economia que propiciava uma certa homogeneidade.

Também podemos chamar essas comunidades negras de bairros rurais, conforme o faz Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>7</sup>.

Em tese de mestrado de 1978, Renato Queiroz diz a respeito do bairro de Ivaporunduva:

*(...) concluí que, a não ser pela cor de sua população, nada o diferenciava dos tradicionais bairros rurais paulistas. A simplicidade de sua base material, a obtenção da subsistência que os moradores retiravam do cultivo do solo, da criação e das atividades de caça, coleta e pesca, dependendo muito pouco de produtos procedentes de centros mais densos e distantes, a ampla margem de lazer e a intermitência das atividades produtivas são traços comuns aos bairros dos sítiantes tradicionais de São Paulo*<sup>8\*</sup>.

Mais recentemente, estas populações vêm adequando-se a um conceito que até pouco tempo atrás era desconhecido para elas, o de *quilombo*, como estratégia política para garantir o direito de permanência em seus territórios. Essa

---

<sup>5</sup> Queiroz, 1983.

<sup>6</sup> Cândido, 1971 :79; grifos meus.

<sup>7</sup> Queiroz, 1973

<sup>8</sup> Queiroz, 1983: 141.

\* À época em que o professor Queiroz realizou a pesquisa de mestrado em Ivaporunduva, o conceito de *quilombo*, tal como iremos discutir neste trabalho, ainda não havia sido introjetado nas comunidades negras do Vale. Como veremos, este conceito começou a ser apropriado pelas mesmas apenas a partir da década de 1990, como consequência das lutas pela defesa da terra contra a construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape, e como tomada de

adequação pode ser vista como uma decorrência do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988.

Assim, embora estejamos lidando com populações rurais negras que têm semelhanças estruturais com os demais *caipiras* da região, trata-se de populações diferenciadas não apenas pela cor da pele dos indivíduos, mas pelo passado relacionado à escravidão, pela memória carregada de sentido étnico, e pela consciência de suas origens. A partir de semelhante ponto de vista, diz o professor Renato Queiroz em trabalho mais recente:

*(...) o povoado de Ivaporunduva assumiu durante longo tempo as feições de uma comunidade racial e em alguns aspectos, culturalmente diferenciada, portadora de uma identidade própria (vide o mito fundador da comunidade), definida por seus integrantes como um grupo à parte em razão da singularidade de sua origem e também porque assim era visto nos núcleos urbanos com os quais mantinha esparsos contatos.*<sup>9</sup>

Neste sentido, o conceito de *quilombo* presente no artigo 68 não abarca a diversidade da categoria “terras de preto” existente no Brasil. Alfredo Wagner nos lembra que até hoje temos sido confinados a uma definição de quilombo criada pelo Conselho Ultramarino, em 1740, em virtude de uma consulta dirigida a este pelo rei de Portugal:

*toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele*<sup>10</sup>.

Alfredo Wagner mostra que esta definição constitui-se basicamente de cinco elementos: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” do que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo “rancho”; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz<sup>11</sup>. Para ele, com os instrumentos da observação etnográfica

---

consciência do artigo 68 do ADCT.

<sup>9</sup> Queiroz, 1997.

<sup>10</sup> Conselho Ultramarino, 1740 *apud* Wagner, 1999: 12.

<sup>11</sup> Wagner, 1999: 14.

*se pode reinterpretar criticamente o conceito e asseverar que a situação de quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa reapropriação do mito do bom senhor, tal como se detecta hoje em algumas situações de aforamento*<sup>12</sup>.

O autor exemplifica situações que contrariam esses cinco elementos da definição, como o caso do quilombo Frechal, no Maranhão, localizado a cem metros da casa grande, ou casos onde o quilombo esteve na própria senzala, representado por formas de produção autônoma dos escravos que poderiam ocorrer – e de fato ocorriam –, sobretudo em épocas de decadência de ciclos econômicos, fossem agrícolas ou de mineração. Diversos trabalhos mais recentes a respeito de comunidades negras com origem mais diretamente relacionada à escravidão têm demonstrado que a economia interna desses grupos está longe de representar um aspecto isolado em relação às economias regionais da Colônia, do Império e da República. Em geral existiu, paralelamente à formação do aparato de perseguição aos fugitivos, uma rede de informações que ia desde as senzalas até muitos comerciantes locais. Estes últimos tinham grande interesse na manutenção desses grupos porque lucravam com as trocas de produtos agrícolas por produtos que não eram produzidos no interior do quilombo. Flavio dos Santos Gomes<sup>13</sup> mostra que os quilombolas da região de Iguaçu, no Rio de Janeiro, forneciam lenha de mangue para o abastecimento dos fornos da corte, além de disputarem ou negociarem com os barqueiros locais o controle das vias fluviais da área, por onde escoavam os produtos fornecidos para a corte. No Maranhão, Matthias Assunção estuda casos de quilombos que perduraram durante décadas favorecidos não apenas pelas condições ecológicas, mas principalmente devido às relações com a sociedade envolvente, comercializando ouro e produtos de suas roças:

*(...) longe de serem comunidades isoladas, os quilombos viviam em uma complexa rede de comunicações com a sociedade*

---

<sup>12</sup> Idem: 15.

<sup>13</sup> Gomes, 1996.

*escravista, que lhes fornecia bens materiais e informações sobre as entradas. Mantinham contatos permanentes com os escravos nas fazendas. Chegaram, em alguns casos, a trabalhar para fazendeiros em precisão de braços. Trocavam ou vendiam produtos de suas roças (fumo e algodão) à população livre<sup>14</sup>.*

Veremos adiante que também no Vale do Ribeira, mesmo protegidas pelas condições geográficas da região, com serras e rios de difícil navegação, pontuados por cachoeiras, as populações negras estiveram inseridas tanto na economia regional quanto no mercado mais amplo, com produção agrícola destinada a outras províncias.

Estas constatações corroboram a condição camponesa desses grupos enquanto grupos sociais articulados a uma sociedade mais ampla, conforme define Kroeber, e que possuem um sistema social e econômico próprio, embora sem estar à margem do sistema capitalista, como afirmava Chayanov.

Voltemos ao tema da crítica elaborada por Alfredo Wagner a respeito da conceituação de quilombo. O conceito de quilombo precisa ser ampliado de modo a abranger as inúmeras categorias de terras de preto, tenham sido elas obtidas por apossamento após a fuga do cativeiro<sup>15</sup>, por doação antes da abolição ou por ocasião desta, ou pelo simples abandono por senhores que se viam pauperizados. Outra crítica importante que Wagner faz ao texto do artigo 68 é quanto ao termo *remanescentes de comunidades de quilombos*. Neste caso, trabalha-se com a idéia de resto, de algo que sobrou, que *foi*:

*Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente<sup>16</sup>.*

É importante notarmos que o auto-reconhecimento dessas populações negras, com passado relacionado à escravidão, enquanto *quilombolas*, onde

---

<sup>14</sup> Assunção 1996: 459.

<sup>15</sup> Existem inúmeros casos de descendentes de ex-escravos aquilombados que, ao constituírem família, apossaram-se de novas terras, formando novos quilombos, conforme pode ser constatado no Vale do Ribeira.

<sup>16</sup> Wagner, 1999: 13.

realmente existe, é bastante recente. Embora tratem-se de quilombos<sup>17</sup> e tenham consciência de sua história (principalmente os mais velhos), o conceito de quilombo não fazia parte das representações culturais desses grupos. Este conceito é incorporado pelos grupos a partir do momento em que descobrem o Artigo 68 e acionam o Estado para reivindicar seu direito ao reconhecimento e titulação de suas terras, não sendo raras as resistências de membros destes grupos em aceitar esta denominação.

Em muitas comunidades do Vale, onde existe a atuação da Pastoral da Igreja Católica e do Movimento Negro, a identidade quilombola foi assimilada pela população, aparecendo como fator positivo na elaboração de lutas políticas. Um exemplo dessas lutas é a defesa da terra contra a construção de uma barragem, ao longo do rio Ribeira de Iguape, que forneceria energia elétrica para uma empresa do grupo Votorantim, e também contra mais três barragens que seriam construídas pela Companhia Energética de São Paulo que, segundo dados do Instituto Socioambiental, inundariam cerca de 60% do território de inúmeras comunidades negras da região sendo que algumas, como Ivaporunduva e Galvão. Ficariam totalmente submersas. Conforme Rosana Mirales,

*o artigo que trata da terra surge como um apoio que legitima a organização contra a construção de barragens no rio Ribeira*<sup>18</sup>.

Temos que considerar, como diz George Marcus, que *a identidade de alguém, ou de algum grupo se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes*<sup>19</sup>.

Desta forma, podemos perceber que as comunidades negras do Vale do Ribeira vêm reafirmando sua identidade étnica ao mesmo tempo em que a reconstróem e a fortalecem a partir da ocorrência de eventos de conseqüências

---

<sup>17</sup> Considerando aqui as observações de Alfredo Wagner, das quais podemos concluir que o conceito de quilombo deve abarcar os processos históricos pelos quais vêm passando essas populações.

<sup>18</sup> Mirales, 1998: 49.

<sup>19</sup> Marcus, 1991: 204.

disruptivas no que tange suas representações simbólicas, suas práticas cotidianas e, sobretudo, o direito de apropriação do espaço.

Essa constante reconstrução e reafirmação da identidade étnica constitui-se, para as comunidades rurais negras, em importante instrumento de legitimação e defesa de seus direitos, principalmente quando consideramos o fato de que não foram apenas camponeses pobres e aliados de condições para exercer seus direitos de cidadãos a serem expropriados, mas sobretudo negros, marcados pelo preconceito, pela discriminação ainda hoje vigentes e, num passado não muito distante, considerados párias pela sociedade branca dominante.

Mesmo em âmbito acadêmico, pretensamente tolerante e democrático, estudiosos do “problema negro” como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Arthur Ramos não se furtavam, nas primeiras décadas deste século, a expor uma visão preconceituosa, atribuindo aos negros e à miscigenação a dificuldade para o desenvolvimento do Brasil e pregando, como solução lógica de suas teorias racistas, o *embranquecimento* da população. Juntando medicina e psicologia, Nina Rodrigues criou uma “ciência” que ele mesmo chamou de *antropologia criminal*, a qual procurava demonstrar que a combinação de determinadas características físicas, étnicas e psicológicas indicava que certos indivíduos já nasciam predestinados a uma vida de párias da sociedade<sup>20</sup>. Conforme nos diz o antropólogo Marcos Farias de Almeida,

*Antropologia criminal é a filha mais nova de vários preconceitos que marcam a formação das ciências neste período. Levaria ainda algum tempo para a antropologia, não a antropologia criminal, renegar seus progenitores<sup>21</sup>.*

Frente a este quadro, há que se considerar o Artigo 68 do ADCT e suas posteriores regulamentações como legislação imperativa, posto o seu caráter premente de mecanismo ativo capaz de saldar, ainda que parcialmente, a dívida social e moral de toda uma nação com um segmento étnico que, escravizado, foi

---

<sup>20</sup> Almeida, 1998.

<sup>21</sup> Idem: 114.

responsável por grande parte das riquezas acumuladas pelo país e permanece alijado das benesses deste empreendimento.

## 2. O Local de Estudo: o Vale do Ribeira

Até há pouco tempo considerado como sendo a região mais pobre do estado de São Paulo, o Vale do Ribeira possui, contudo, grandes riquezas em recursos naturais. Aí encontra-se a maior parte do que resta de Mata Atlântica no estado, e habitam inúmeras espécies animais, algumas em risco de extinção. A região é repleta de belezas paisagísticas que abrigam consideráveis recursos hídricos e minerais. Localiza-se entre Paraná e São Paulo, numa faixa que abrange desde municípios próximos à capital paulista até quase as cercanias de Curitiba, e no litoral desde proximidades de Peruíbe, no ponto mais ao norte, até quase chegar em Paranaguá, no ponto mais ao sul.

A região começou a ser colonizada já nas primeiras décadas do século XVI, tendo sido alvo de disputas entre portugueses e espanhóis. Young nos relata que em 1502 a esquadra de Américo Vespúcio deixou nas praias da Ilha do Cardoso um bacharel degredado<sup>22</sup>. E em 1508, a expedição de João Solis e Vicente Yanez Pinzon deixou mais sete castelhanos na mesma ilha, próximo à barra de Cananéia. O bacharel e os sete castelhanos foram encontrados por Martim Afonso em 1531, quando este deixou no lugar uma expedição que tinha a missão de procurar ouro e prata no interior<sup>23</sup>. No século XVI constituíam-se os povoados que viriam a formar Iguape e Cananéia.

O povoamento do interior iniciou um pouco mais tarde. É Albertino Moreira quem nos esclarece que *a entrada para o planalto, durante anos e anos, por mais de século era aventura proibida. Tomé de Souza, quando veio para o Brasil, trazia*

---

<sup>22</sup> Young *apud* Almeida, 1946: 31.

<sup>23</sup> Almeida, 1946: 31,32.

*o regulamento sobre isso*. Terra firme adentro só poderia ir quem portasse uma licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real<sup>24</sup>.

No século XVII, foi encontrado ouro no interior, às margens do rio Ribeira de Iguape, tendo originado-se o povoamento que deu origem à primeira cidade do interior do Vale, Xiririca (atualmente Eldorado).

A descoberta do ouro em Xiririca deu início ao primeiro ciclo econômico da região. Embora a mineração aurífera tenha perdurado até o início do século XIX, a atividade entrou em declínio no final do século XVII, dando lugar, no final do século seguinte, ao ciclo do arroz. Ambas as atividades, sobretudo a mineração, estiveram apoiadas na mão-de-obra do escravo negro.

Lurdes Carril nos mostra que já no século XVI não era incomum a existência concomitante de escravos negros e indígenas nas expedições que partiam para o interior de São Paulo<sup>25</sup>. Criticando autores que afirmam que o trabalho escravo em São Paulo foi praticamente insignificante até a implantação da monocultura cafeeira no século XIX, a autora demonstra que os trabalhos sobre a sociedade escravista em São Paulo carecem de estudos a respeito da área do Vale do Ribeira, a qual raramente tem sido considerada.

### **3. As Comunidades Negras no Vale do Ribeira**

Felizmente, para compensar essa carência de estudos sobre o sistema escravocrata no Vale do Ribeira, temos o laudo antropológico realizado por antropólogos do Ministério Público Federal, sob a coordenação da antropóloga Deborah Stucchi, nas comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões, concluído em 1998. Esse laudo foi o resultado de demandas de comunidades negras do Vale do Ribeira relativas ao disposto no artigo nº 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988. Os autores relatam que:

---

<sup>24</sup> Moreira, 1943: 65.

<sup>25</sup> Carril, 1995: 72.

*Tendo proposto, em 1992, na Justiça Federal de São Paulo Ação Ordinária pleiteando o reconhecimento e a titulação de suas terras, representantes da comunidade negra de Ivaporunduva, em 1995, compareciam à Procuradoria Geral da República em busca de apoio institucional para a ação. Na mesma ocasião, noticiavam a existência de várias outras comunidades negras localizadas no Vale do Ribeira que iniciavam a formulação de demanda para o reconhecimento do Estado sobre sua condição de remanescente de quilombo<sup>26</sup>.*

Visando a compreensão da história da ocupação negra no Vale, apresento um resumo parcial do que foi apontado no referido laudo:

1. O vale do rio Ribeira de Iguape já era habitado por populações indígenas no período pré-colombiano, constituindo-se em área de passagem para aqueles que, no inverno, desciam do planalto em direção ao litoral em busca da pesca.
2. As populações indígenas tiveram grande importância na dinâmica da formação dos contingentes populacionais do Vale e aparecem como importante referência nas narrativas sobre a origem das comunidades negras da região.
3. Após o início da colonização portuguesa, a região ao longo do rio Pardo, com uma formação geográfica que torna o acesso extremamente difícil, constituiu-se em importante área de refúgio para as populações originais e também para os indígenas fugitivos que chegavam de Cananéia e da Ilha do Cardoso.
4. A constituição geográfica do Vale do Ribeira, com áreas protegidas pelas serras e inúmeros rios de navegação perigosa, atraiu para a região populações indígenas perseguidas pelo bandeirantismo escravagista.
5. O processo de expulsão dos índios no litoral do Vale do Ribeira começou logo nas primeiras décadas do século XVI, considerando que a disputa por novas terras, iniciada por Portugal e Espanha, motivou o apossamento precoce de áreas contíguas ao litoral. A ilha de Cananéia, palco dessas primeiras disputas, fundada por um espanhol refugiado e povoada por portugueses, foi o primeiro porto da capitania de São Vicente, fundada após a chegada da esquadra de Martim Afonso de Souza em 1531.
6. Desde o século XVI, Cananéia e Iguape funcionaram como “cabeças de ponte” para a penetração de mineradores em direção ao interior do Vale

---

<sup>26</sup> Stucchi, 1998: 1.

do Ribeira, sendo que os primeiros núcleos de povoamento rio acima foram Ivaporunduva, Xiririca (atual Eldorado), Iporanga, Apiaí e Paranapanema.

7. A mineração nessa região esteve apoiada na mão-de-obra do escravo negro, que começou a ser introduzida ainda no século XVI com as bandeiras de mineração que partiam do litoral sul de São Paulo em direção ao interior do Vale. Contudo, foi a partir de meados do século XVII que as incursões para o interior da região, via rio Ribeira de Iguape, tornaram-se mais freqüentes.
8. Embora tenha perdurado até meados do século XIX, quando se esgotaram os últimos depósitos de ouro de aluvião conhecidos, a atividade mineradora na região entrou em descenso no século XVIII, época da descoberta das jazidas de Minas Gerais, para onde afluíram grandes contingentes de mineradores com seus plantéis de escravos.
9. Na primeira década do século XIX, especialmente após a chegada ao Brasil da corte do D. João VI, o ciclo da mineração no Vale, já decadente, dá lugar a um ciclo econômico agrícola, voltado principalmente para a produção de arroz, o qual, através do porto de Iguape, era vendido principalmente para o Rio de Janeiro e secundariamente para outras províncias.

Em dissertação de mestrado, Lurdes Carril nos mostra que os diversos bairros rurais negros existentes hoje na região do Vale do Ribeira formaram-se pela libertação ou simples abandono de cativos após a decadência da atividade mineradora, ou pela fixação de escravos em situação de fuga<sup>27</sup>. O laudo do Ministério Público Federal demonstra que:

10. A comunidade de Ivaporunduva, a mais antiga de região, juntamente com a de São Pedro, esteve fornecendo mulheres que facilitaram a fixação de escravos fugidos na região, cujos descendentes contribuíram decisivamente para a formação de uma extensa rede de parentesco que liga diversos bairros rurais negros existentes hoje na região.
11. Da busca de terras disponíveis para o plantio, resultou uma ocupação simultânea tanto de fazendas quanto de negros não submetidos às relações escravistas.
12. Embora os proprietários mais ricos continuassem utilizando a mão-de-obra escrava na produção do arroz, que substituiu o ciclo minerador no

---

<sup>27</sup> Carril, 1995.

Vale, o número de escravos por proprietário diminuiu consideravelmente em relação à quantidade que era empregada na mineração.

13. Os pequenos produtores negros, que cultivavam gêneros variados para a subsistência e para o mercado regional, também estiveram inseridos no ciclo rizicultor, cuja produção estava destinada ao mercado mais amplo. Entre esses pequenos produtores, estavam grupos familiares negros fixados em terras apossadas mato adentro, os quais, conforme pode-se perceber nos registros de terras realizados na década de 1850, eram reconhecidos e respeitados por seus vizinhos brancos devido à *sua posição na estrutura social que os definia como pequenos produtores, fornecedores de produtos para consumo nas fazendas, participantes de um circuito que enriquecia comerciantes locais, reserva de mão-de-obra em períodos de safra e também como detentores de um saber sobre as técnicas de navegação dos perigosos rios, principal via de comunicação regional*<sup>28</sup>.

O laudo do Ministério Público Federal, parcialmente resumido acima, revela que o Vale do Ribeira, favorecido por uma formação geográfica com serras e inúmeros rios de difícil navegação, representou, primeiramente para a população indígena e depois para os negros que fugiam da escravidão, importante refúgio. Mesmo assim, como foi visto acima, nem só de escravos fugidos foram compostos os grupos que deram origem às atuais comunidades de quilombos do Vale do Ribeira. Aliás, a História vem demonstrando que os grupos quilombolas no Brasil, em sua maioria, apresentavam uma multiplicidade étnica e cultural, reunindo pessoas de diversas culturas e etnias africanas. No Vale, o referido laudo mostra que no caso de Ivaporunduva, à medida que a decadência da mineração afastava a população branca do lugar, o mesmo atraía um considerável contingente de negros livres, libertos, fugidos ou não, que se instalaram tanto nas terras da santa, ao redor da capela<sup>29</sup>, quanto no interior do bairro.

Também vimos que, ao contrário da idéia de comunidade fechada, auto suficiente e isolada, as comunidades negras do Vale estiveram historicamente engajadas com a economia da Colônia, do Império e do Estado Nacional. Fica,

---

<sup>28</sup> Stucchi, 1998: 49.

<sup>29</sup> Referência às terras de uma mineradora chamada Joana Maria, que, ao ficar velha, as doou à igreja e libertou seus escravos.

portanto, evidente a importância das comunidades negras na economia do Vale, seja em relação ao mercado regional, seja na produção de alimentos para outras localidades do país e até para a exportação, como foi o caso do arroz, que no auge de seu ciclo econômico tornou-se o internacionalmente conhecido “arroz de Iguape”, famoso por sua alta qualidade. Como observa Stucchi,

*A constituição de unidades familiares camponesas processou-se aparentemente em articulação orgânica com a economia da Colônia, do Império e do Estado Nacional ao longo dos séculos, com as comunidades negras tendo-se constituído como produtoras de excedentes principalmente arroz comercializados via rio Ribeira de Iguape a partir de entrepostos comerciais instalados em suas margens, que captavam essa oferta pulverizada, revendiam aos vapores que transitavam pelo rio, sendo essa produção comercializada, através do porto de Iguape, com outras províncias<sup>30</sup>.*

#### **4. O Território Quilombola**

Para melhor entendermos o modo de apropriação do meio ambiente pelas populações quilombolas no Vale do Ribeira, e o significado que tem o território para as mesmas, faz-se necessário, primeiramente, tecer algumas breves considerações a respeito de representações de espaço e de tempo.

Ambas as categorias *espaço* e *tempo* manifestam-se a partir de representações simbólicas que variam segundo as diferentes culturas humanas. Embora as populações com um modo de vida apoiado em concepções não-capitalistas tenham representações de tempo e espaço tão diferentes umas das outras quanto distintas daquelas presentes nas sociedades capitalistas<sup>31</sup>, podemos estabelecer parâmetros de comparação entre as primeiras considerando as práticas materiais.

Há uma estreita relação entre as categorias *espaço* e *tempo* e as práticas materiais, conforme considera David Harvey:

---

<sup>30</sup> Stucchi, 1998: 116 e 117.

<sup>31</sup> Harvey, 1998: 189.

*(...) nem o tempo nem o espaço podem ter atribuídos significados objetivos sem se levar em conta os processos materiais e que somente pela investigação destes podemos fundamentar de maneira adequada os nossos conceitos daqueles*<sup>32</sup>.

Considerando práticas materiais inerentes ao trabalho cotidiano, Thompson propõe o conceito de orientação temporal pelos afazeres domésticos para a análise de representações de tempo em sociedades não capitalistas:

*É sabido que entre povos primitivos a medida do tempo está geralmente relacionada com os processos habituais do ciclo de trabalho ou tarefas domésticas*<sup>33</sup>.

Referindo-se aos relatos de Syngé sobre as ilhas Aram, o autor fala de uma comunidade de pequenos agricultores e pescadores que é indiferente às horas do relógio<sup>34</sup>, e onde as tarefas cotidianas, que vão desde lavrar a terra ou pescar até a produção de artefatos, *parecem revelar-se ante os olhos do lavrador pela lógica da necessidade*<sup>35</sup>. Ele considera que nas sociedades onde é normal a orientação pelos afazeres, parece haver uma demarcação menor entre trabalho e vida<sup>36</sup>.

Desse modo, o conceito de orientação pelos afazeres domésticos também pode ser aplicado no estudo de diversas populações tradicionais, sejam caiçaras, pequenos produtores rurais ou populações rurais negras, considerando que nessas sociedades há uma continuidade entre o trabalho, a vida e o meio ambiente, expressa em suas práticas materiais.

Nas sociedades capitalistas há uma grande distância entre trabalho e vida na medida em que o prazer e a diversão costumam apresentar-se apartados do trabalho. No entanto, nas sociedades tradicionais, o lazer mostra-se como uma

---

<sup>32</sup> Idem: 242.

<sup>33</sup> Thompson, 1983: 243 e 244.

<sup>34</sup> Diversos trabalhos mencionam representações não-capitalistas de tempo/espaço, entre os quais podemos citar *Os Nuer*, de Evans Pritchard (1993) e *Os Iorubá*, de Ronilda Iyakemi Ribeiro sobre populações africanas; *Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário* (1997) de Carlos Diegues e *Buzios Island* de Emilio Willems e Gioconda Mussolini, sobre populações caiçaras insulares; assim como Fabian Johannes (*Time and the other*; 1983) e David Harvey (*A Condição Pós-moderna*; 1998), entre outros, falam da diversidade dos sentidos de tempo/espaço presentes nas diferentes culturas humanas.

<sup>35</sup> Thompson, 1983: 244

<sup>36</sup> idem: 245.

decorrência do trabalho, o que pode muito bem ser exemplificado nos mutirões realizados no trabalho agrícola. Não apenas nas comunidades negras aqui estudadas, mas nas comunidades de pequenos produtores de excedentes<sup>37</sup> em geral, é comum o relato de mutirões com a participação de até mais de cem pessoas, que ocorriam até poucas décadas atrás. O dono da roça não pagava os participantes do trabalho com dinheiro, mas com refeições e baile no final do dia. Dessa forma, todas as famílias recebiam ajuda dos demais e, em contrapartida, todos tinham a obrigação de ajudar sempre que alguém convocava um mutirão. Esse modo de trabalho, além de ser uma expressão de um sistema mais amplo de trocas simbólicas<sup>38</sup>, significa a indissociabilidade entre trabalho, lazer e vida. A festa é uma decorrência do trabalho comunitário. A lógica da diversão é a mesma do trabalho, e aquela ocorre em função deste último. Assim, o tempo transcorre marcado pelos afazeres que a vida exige a cada dia, sem dividir-se em “tempo de férias” e “tempo de trabalho”, não havendo, portanto, a mercantilização do trabalho e do lazer.

Polanyi nos diz que considerar terra e trabalho como mercadorias, embora isso realmente aconteça, é apenas uma ficção:

*O trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais constituem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem*<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> – Sobre excedente, diz Martins: *Não se trata de que o agricultor assegure para si e para sua casa a subsistência e só depois venda o que sobrou. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria ser produzido para troca ou comércio* (1997: 190; grifos do autor).

<sup>38</sup> Refiro-me aqui à noção de trocas simbólicas elaborada por Marcel Mauss. São trocas que não passam por relações capitalistas, mas por relações de vizinhança e de parentesco, e implicam na obrigação de dar, receber, retribuir (Mauss, 1988). Como bem define Claude Lévi-Strauss, *Mauss propôs-se mostrar primeiramente que a troca se apresenta nas sociedades primitivas menos em forma de transações que de dons recíprocos, e em seguida que estes dons recíprocos ocupam um lugar muito mais importante nessas sociedades que na nossa. Finalmente, que esta forma primitiva das trocas não tem somente, nem essencialmente, caráter econômico, mas coloca-nos em face do que chama, numa expressão feliz, um fato social total, isto é, dotado de significação simultaneamente social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral* (Lévi-Strauss, 1982: 92).

<sup>39</sup> Polanyi, 1980.

Embora as populações aqui consideradas obviamente não teorizem dessa forma, podemos perceber, em diversos relatos de moradores locais, as representações de um tempo em que a terra e o trabalho não podiam ser objetos de especulação, apresentando-se a eles como inseparáveis de seu modo de existir. A compra e venda de posses tem sido uma constante na região do Vale. Contudo, para essas populações esse tipo de negociação não estava relacionado à especulação, mas ao trabalho; comprar terra significava morar e/ou trabalhar nela, e os preços eram sempre módicos<sup>40</sup>, conforme pude também verificar em trabalho anterior com populações caiçaras da região<sup>41</sup>.

Analisando as relações entre representações de tempo/espço e modo de vida, vemos que o modo de ocupação resultava, como ainda segue sendo, das formas do trabalho, sobretudo da agricultura itinerante, conforme podemos inferir a partir de depoimentos como os dessas moradoras do bairro Galvão:

*A gente que cismasse de fazer uma roça, em qualquer lugar fazia (Benedita).*

*Nesse tempo, ninguém ligava, numa capoeira boa, que a gente via que dava para fazer uma roça boa ali, qualquer um chegava, roçava, ninguém ligava. Ia trabalhar para lá toda a vida, que chama-se capova (Catarina).*

*O costume das pessoas que tinha naquela época, eles não tinham paradeiro. Era um ano para lá, um ano cá. Eles resolviam, voltavam atrás, mudavam para a outra banda [do rio Pilões]. Ali ficava dois, três anos, depois mudava mais para frente. Aqui era desse tipo. (...) quanto a esses lugares passageiros, era moradia de poucos tempos, dois, três anos, quatro ou cinco. (Jovita).*

---

<sup>40</sup> Embora a fixação das populações quilombolas do Vale tenha se dado pelo apossamento e pela transmissão das posses aos descendentes, há relatos de compra e venda de posses. Porém os valores negociados eram sempre irrisórios e freqüentemente havia a troca da terra por produtos da agricultura ou por outros produtos. No Galvão, pude constatar casos de trocas de posses por algumas caixas de aguardente; Rosana Mirales menciona o caso do sítio Pai Romão, localizado na comunidade de Pedro Cubas (Vale do Ribeira), que foi comprado por Silvério José Maria em troca de uma carga de milho. Contudo, a canoa que transportava o milho virou e molhou parte da carga, a qual, ao ser armazenada com o restante dos grãos, estragou toda a mercadoria que serviria de pagamento para as terras negociadas. Porém, o vendedor não desfez o negócio. Ao contrário, doou as terras para a filha de Silvério José, que era sua afilhada (Mirales, 1998: 27-28).

<sup>41</sup> Carvalho, 1999.

E aqui poderíamos incluir inúmeros relatos semelhantes de moradores de outras comunidades de quilombo da região. Em tese de doutorado realizada na área de Antropologia Jurídica, Renata Paolielo nos explica que o direito possessório, para as populações quilombolas do Vale do Ribeira,

*é localmente concebido não apenas como relativo ao terreno de moradia e de cultura efetiva. Ele tradicionalmente se estende, ou melhor, é móvel, em face de sua precariedade, dentro de um certo limite territorial concensual, em primeiro lugar por meio da itinerância dos roçados, e da agricultura de coivara (...), próprias de um universo social e cultural caipira (...) no qual certamente se inserem os contextos em aqui foco (...). Esse limite territorial é representado como uma reserva, como área disponível à extensão da dinâmica do apossamento, à expansão das lavouras e das moradias, bem como ao uso, para caça e extração, principalmente de madeira para a construção de casas e canoas<sup>42</sup>.*

Portanto, através das falas das moradoras e do trabalho de Paolielo, vemos que o modo de vida das populações quilombolas aqui em questão está apoiado num modo de apropriação do espaço extremamente plástico, considerando a itinerância das roças, e que o território necessário à sua continuidade física e cultural abrange uma área que vai além dos espaços onde estão as casas e as roças. Esse modo de apropriação, por um lado, comporta a idéia de um direito individualizado sobre a terra e, por outro, esse direito só torna-se possível a partir da existência de um território que contenha “áreas de reserva”, dada a plasticidade da apropriação decorrente da mobilidade das casas e das roças. Trata-se de um contexto rural de apropriação precária, uma vez que está apoiada na posse<sup>43</sup>. São posses individuais que fazem parte de um território maior e “comunal” referenciado a um ancestral fundador. O que, de certa forma, aproxima-se do constatado por Leonarda Musumeci em região de fronteira da Amazônia maranhense:

*A terra de trabalho dada a intermitência de seu uso não seria passível de constituir propriedade privada e permanente das famílias, havendo constante rodízio das parcelas já cultivadas, enquanto o espaço de habitação em virtude da continuidade do uso e da permanência das benfeitorias seria recortado por*

---

<sup>42</sup> Paolielo, 1999: 33-34.

<sup>43</sup> Idem.

*direitos de posse individuais, exclusivos e duráveis, correspondentes à unidade casa-quintal de cada grupo doméstico<sup>44</sup>.*

Também devemos considerar que a agricultura de coivara, tal como tem sido praticada desde a formação dessas comunidades até os dias de hoje, constitui-se em fator de perfeita interação com o meio ambiente, tendo níveis pouco significativos de impacto ambiental, conforme têm reconhecido técnicos e engenheiros agrônomos:

*...inclusive essas comunidades todas usavam o sistema de capuava que chama, você morava numa vila, roçava, derrubava, queimava, plantava e extraía com o extrativismo, deixava descansando e isso deu um equilíbrio. E isso é o que mantém o verde da região.*

*P- O senhor, como agrônomo, reconhece que esse sistema era bom?*

*R- Reconheço porque mantém o equilíbrio.*

*(Antonio Carlos, agrônomo da Casa da Lavoura de Eldorado; entrevista em Brandão, 1998: 185)*

*O Roberto<sup>45</sup> veio aqui para fazer a guia (de autorização de desmatamento para a abertura de roças), vistoriou a área e até ficou surpreso. Porque ele percebeu que o sistema estava dentro da lei. Nós não estávamos fazendo coisas fora da lei. Tinha as questões que nós estávamos cientes. Não se pode roçar perto de água. Nós sabemos que precisamos da água. Topo de serra, não se podia roçar topo de serra [pela lei ambiental]. Mas também o topo de serra da nossa área aqui é só mata virgem. Desde quatrocentos anos atrás, no tempo dos nossos antepassados, não se roçava topo de serra. Uma outra questão também é a cabeceira d'água. A água é uma coisa que nós, acabei de falar e torno a falar, nós precisamos da água. Então, por quê que nós vamos desmatar a cabeceira da água se ela via secar? Então não foi difícil fazer a guia.*

*(Ditão, morador de Ivaporunduva; entrevista em Brandão, 1998: 26).*

---

<sup>44</sup> Musumeci, 1988: 74; grifos no original.

<sup>45</sup> Roberto Rezende, engenheiro agrônomo, supervisor técnico do Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN) de Registro.

Esse sistema agrícola, que funde conhecimentos indígenas e instrumentos trazidos pelos colonizadores portugueses, só realiza-se em função da existência das áreas de reserva territorial às quais refere-se Paoliello. Ou, como diz Pasquale Petrone a respeito das “roças dos capuavas”:

Dispondo de um lado de técnicas rudimentares, e de outro lado, de áreas relativamente extensas para aproveitar, [o capuava] praticou desde logo uma agricultura itinerante. O fogo foi seu principal auxiliar técnico e as grandes superfícies em matas constituíram extensas reservas de solos à sua disposição (Petrone, 1961: 55).

Antonio Cândido observa que

Saint Hilaire pinta o quadro desolador da agricultura extensiva do caboclo brasileiro, com base na queimada: aproveitamento do terreno de mata, degradação desta a capoeira, destruição de novas matas (Cândido, 1971: 44).

Devemos considerar que estas observações de Antonio Cândido, válidas para extensas áreas desmatadas para agricultura e pastagem, não constituem regra geral. Existem estudos segundo os quais a ação humana sobre a mata, em escala limitada e em áreas de baixa densidade populacional, tende a ser benéfica para o desenvolvimento da biodiversidade. Em relação aos seringueiros da Amazônia, diz Mauro Almeida:

(...) gerações de cultivadores foram cruciais para descobrir o valor das espécies. Por isso a FAO, órgão da ONU, reconheceu os direitos dos agricultores (leia-se: populações tradicionais) em virtude de sua contribuição à conservação, melhoria e disponibilidade de recursos fitogenéticos e estabeleceu um Fundo Internacional para os Recursos Fitogenéticos que deveriam remunerar essa contribuição (Almeida, 1994: 262).

Também sobre os seringueiros da Amazônia, diz Keith Brown:

Em geral, muitas perturbações humanas na região têm os mesmos efeitos diversificadores das [perturbações] naturais (Brown *apud* Almeida, 1996: 138 e 139; tradução minha).

Em trabalho publicado pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, são mencionadas as populações tradicionais que habitam a Mata Atlântica e seus saberes locais:

Da necessidade de sobreviver apenas de recursos disponíveis na mata e no mar e do contato direto com as plantas e animais, esses grupos foram

acumulando um conhecimento empírico e profundo dos ecossistemas da região. Suas atividades foram desenvolvidas de forma a conciliar as necessidades da própria sobrevivência e da dos recursos naturais dos quais elas dependem. E é essa sabedoria que nos interessa conhecer agora, registrar e aplicar (São Paulo (Estado): 1994).

Contudo, nas últimas décadas, processos de grilagem de terras têm provocado a perda de parte dos territórios quilombolas do Vale para pessoas de fora, que muitas vezes constituem fazendas. Tal perda significa a inviabilização desse sistema de agricultura itinerante, como tem acontecido, por exemplo, no Galvão, cuja maior parte das terras agricultáveis disponíveis hoje para os moradores estão restritas a estreitas áreas nas margens do rio Pilões e a algumas capuavas localizadas em área limítrofe com a vizinha comunidade de quilombo do São Pedro.

É importante observar que, além dos problemas com fazendeiros e grileiros, os territórios reivindicados pelas comunidades negras do Vale apresentam, em sua maioria, uma complexa malha fundiária, composta não apenas por terras devolutas, mas também por terras particulares tituladas, por permissões de uso concedidas pela SUDELPA na década de 1980, e por diversas categorias de Unidades de Conservação<sup>46</sup>.

## **5. A Comunidade de André Lopes: História**

A história de André Lopes confunde-se com a de outro bairro vizinho, Nhunguara. Os mais velhos costumam dizer que “era tudo uma coisa só”. Os antropólogos do Ministério Público Federal verificaram que:

Os levantamentos das histórias locais que relatam a formação dos bairros de Nhunguara e André Lopes mostraram, além das estreitas

---

<sup>46</sup> Segundo definição do IBAMA, “Unidade de Conservação é o espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, sob regime de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Podem ser criadas pelos governos federal, estadual e municipal”. (Brasil, 1995 *apud* São Paulo (Secretaria do Meio Ambiente) 1996: 60).

relações sociais e de parentesco mantidas entre os dois núcleos, uma origem historicamente entrelaçada (Stucchi, 1998: 62).

Conforme ainda os antropólogos do MPF, é Antonio Paulino de Almeida quem esclarece as origens do nome do bairro:

A localidade denominada André Lopes, conforme afirma Paulino de Almeida (1955: 11) *tem seu o seu nome em uma lenda segundo a qual aí teria naufragado o sargento-mór da ilha de São Sebastião André Lopes de Azevedo, casado com dona Maria Francisca e falecido na Freguesia de Xiririca, onde residia aos 15 de junho de 1764, na avançada idade de cem anos* (Krug, 1939: 589) descrevia a paisagem física do bairro a partir do morro André Lopes, *“cujo pico calcáreo é coberto por exessa vegetação de Samambaia (...) em cada sinuosidade do rio elle se nos apresenta com aspecto diverso. Nesse morro existe a linda gruta calcárea da Tapagem, cuja vista é aconselhável àqueles que pretendem dedicar-se aos estudos espeleológicos*, e que é atravessada pelo rio André Lopes (Stucchi, 1998: 62-63).

Vimos, algumas páginas atrás, que a formação dos bairros rurais negros do Vale deu-se através de um processo de acampesamento de grupos de negros, fossem livres, libertos, fugidos ou abandonados por seus donos com a decadência da atividade mineradora na região. Sob esse ponto de vista, a formação do bairro André Lopes deve ser compreendida e analisada a partir de duas perspectivas:

1. A expansão territorial de grupos negros estabelecidos no entorno, como Ivaporunduva, São Pedro (antiga Lavrinha) e Nhunguara;
2. As fugas do recrutamento para a Guerra do Paraguai.

Vejamos alguns trechos do laudo do MPF que apontam para essas duas perspectivas:

Segundo o relato de Maria Adelaide Pedrosa, aqueles que *abriram o lugar* em Nhunguara e André Lopes, seriam os antepassados de seu pai Tomé Pedroso de Moraes que era filho de Berberino e Mariana Dias, da Barra do Nhunguara. A primeira mulher de Tomé teria sido Joana Dias, de Ivaporunduva, e a segunda, Donária Arcângela Furquim, de São Pedro. Donária seria neta de Bernardo

Furquim, filha de Ana Maria Furquim com João Vieira. João Vieira teve um rol de irmãos, todos fixados em Nhunguara: Máximo, Sebastião, Domingos, Vicente, entre outros. A informante afirma que João Vieira teria se fixado no Continente: *no tempo dessas guerras que havia; depois que a guerra acabou, ele saiu e foi para a Lavrinha (São Pedro), do outro lado do rio. Ficou lá mesmo, casou com gente que morava na Lavrinha, ele foi buscar moças de lá prá cá*. Este João Vieira, avô da informante, seria filho de João Faustino Vieira e Joana Pedrosa, cujo sítio estava localizado, segundo assento n° 478 do Livro de Terras de Xiririca, *no Ribeirão de Nhunguara do lado de Paranaguá, dividindo rio abaixo com terras de Ignácio Pupo em um córrego de nome Labrinha, aberto desde 1830*. Faustino Vieira reaparece, ainda, no livro de assentos de batismos três vezes, residindo em Nhunguara: em 05/04/1847 batizava o filho Vicente, unido à mesma Joana Pedrosa e em 01/07/1850, unido a Ana Pedrosa, batizava o filho Antonio. Alguns anos mais tarde, em 1862, Faustino Vieira e Joana Vieira batizavam o filho Pedro e declaram residir em Ivaporunduva. Além desses, outro registro de batismo, de 05/10/1850, informa a presença de outro Vieira, Lourenço, *“preto livre* em Nhunguara.

O tronco Vieira é relacionado pelos informantes, também, à formação do bairro André Lopes. A partir de 1830, quando teria entrado pelos sertões de Nhunguara, a descendência dos primeiros Vieira, lembrados pelos informantes e identificados nos registros eclesiais, ter-se-ia espalhado pelas áreas de André Lopes também. Maria Adelaide Pedrosa relata: *André Lopes de cima é do João Vieira e André Lopes de baixo é dos Maia, avô desse João que tem aí. O de cima é dos Vieira e o de baixo é dos Maia. Aqui é André Lopes de cima, é dos Vieira, dos Dias*. Um certo José Ortiz, que dia 13/12/1856, declarou a posse de um sítio *na paragem denominada André Lopes* no assento n° 479 do Livro de Terras de Xiririca, descrevia a confrontação de suas terras com *Domingos Vieira em um pé de guararema* (Stucchi, 1998: 65-66).

Outras notícias sobre recrutamento na região dão conta, ao longo de século XIX, que as ações para a obtenção de braços para o exército eram exercidas com violência, atingindo inclusive menores de idade entre 10 e 17 anos.

Uma das dificuldades das autoridades locais era exatamente *arrancar úteis à lavoura* ponderando estas sobre a impossibilidade de recrutar menores que *“trabalhão na companhia de seus pais, mas unicamente os que vagão abandonados, e a quem esse estado falta educação conveniente e dão-se aos vícios”* (Ofícios Diversos – Ordem 1339 – Lata 544/ASP).

A truculência dos procedimentos de recrutamento aumenta sensivelmente na segunda metade do século XIX quando o Brasil integra as forças que, juntamente com o Uruguai e a Argentina, iriam destruir o Paraguai numa guerra que duraria de 1865 a 1870. O exército brasileiro que combateu no Paraguai era formado por *“voluntários da pátria”* e recrutados à força em todas as regiões, ocupando posições

distintas na escala social; a ele somava-se a existência de um grande número de combatentes ex-escravos, libertos para as agruras da luta.

Apesar do entusiasmo com que foi aberta a sessão extraordinária da Câmara Municipal de Xiririca em 7 de setembro de 1865 conclamando os súditos a pegar em armas para a defesa da “*Patria em sua aflição*”, as adesões foram, no mínimo, decepcionantes. O presidente da Câmara ofereceu uma parte de sua fortuna como contribuição, impedido de alistar-se declarando-se “*cortado pelas molestias e annos*”. Os demais participantes também ofereceram-se para treinar, instruir e fardar os voluntários e recrutas, mas não nenhum deles alistar-se-ia, sugerindo-se ampla divulgação sobre as premiações em terras aos combatentes voluntários que retornassem.

Dos sete alistados voluntários em Xiririca em 1865, um desistiu em 1º de novembro alegando ser “*cazado com mulher honesta com quem sempre viveu , ter 5 filhos todos pequenos*”, tendo o “*amor de seus filhos e mulher dominado de tal maneira que lhe parecia impossível viver na auzencia deles*”.

Um ano depois a Câmara Municipal de Xiririca informava ao Presidente da Província que, até 18 de dezembro de 1866, haviam sido recrutadas 54 pessoas. A epidemia de cólera havia ceifado perto de 300 vidas em todo o município, o que tornava mais árdua a tarefa de atender as ordens provinciais sobre o recrutamento para a Guerra. Nesse sentido, resulta claro que as populações negras representavam um alvo importante para engrossar as fileiras do exército. Enquanto a Guarda Nacional, braço armado dos escravagistas, era formada por setores egressos das classes mais abastadas<sup>47</sup>, uma guia da Delegacia de Polícia de Xiririca descrevia o perfil do recrutado para compor as forças do exército ou da marinha:

*“João Miguel, cazado, vivendo separado de sua mulher desde logo que se cazou, idade de 25 annos, natural de Paranapanema, cor fulla, barba pouca, cabelos pretos, altura regular, reforçado de corpo, filho legitimo de Miguel Fernandes e de Lina Maria, de occupação vagando a jorna (Ofícios Diversos – Ordem 130 – Lata 545/ASP).*

Principalmente os homens solteiros, sem família e desprovidos de terras, os negros, mulatos e pardos, ainda que livres e libertos, estariam entre a massa de recrutáveis para o exército. Esse contingente comporia as fileiras do exército, representando este um espaço social subalterno, formado em sua imensa maioria por homens livres não proprietários, recrutados mais por castigo ou desemprego do que por qualquer vocação. A caserna seria o refúgio dos considerados desocupados, desqualificados e malfeitores, sobretudo, os negros.

---

<sup>47</sup> A Guarda Nacional representava a força militar do Império, seu oficialato era formado diretamente pelos latifundiários, comerciantes e políticos, a aristocracia imperial, e cujas ações fundamentais se voltavam para o controle d ordem interna e a manutenção do poder da aristocracia agrária. Ver Os Voluntários Paulistas na Guerra do Paraguai, 1997: 23.

Enquanto o subdelegado de Iporanga publicava um edital livrando “*todo indivíduo de ser recrutado ao campo de guerra, si plantasse uma certa quantidade de semente de algodão. Naquella época nosso caboclo respeitava a lei; para, porém, fugir de suas obrigações militares, escondia-se frequentemente no matto. Essa ukase veio, porém, a gosto de muita gente: sahiram de seus esconderijos para plantar a famosa planta fibrática*” (Krug; 1939: 565), em Xiririca, as perseguições foram sistemáticas e duras. As intensas cobranças provinciais aos administradores xiriricanos pelo aumento do número de recrutados provocaram reclamações contra as autoridades de Iporanga que não estariam sendo diligentes, embora naquela localidade a *maça de recrutáveis* fosse considerada maior, em 1866 (Ofícios Diversos – Ordem 130 – Lata 545).

O povoamento de várias localidades habitadas fundamentalmente por populações negras no Vale do Ribeira, como **Nhunguara** e **André Lopes e Sapatu**, também deve ser analisado à luz das fugas dos recrutamentos para a composição dos batalhões de combate para a Guerra do Paraguai. Uma profusão de relatos sobre a escolha de zonas de refúgio que acolheram inúmeras fugas está presente nas narrativas dos informantes residentes em vários bairros da região. Maria Adelaide Pedrosa relata que quem *abriu* a Caverna do Diabo, localizada no bairro de André Lopes, foi o tronco da família Dias:

*Na caverna quem morava era Filadelfo e Raimundo (...). Filadelfo era cunhado da mamãe [Donária Arcângela Furquim], marido de Mapoge. Foram os pais de Ana Santana que abriram lá (...), tinha outro filho também, o Osório que se mudou para Capão Bonito (...). Agora tem um Parque na caverna, (...) o Parque invadiu tudo, eles tiveram que ir cada vez mais para dentro, teve que sair.”*

Ao apontar os motivos que os levaram a ocupar a região da hoje chamada Caverna do Diabo, a informante indica: *ela foi aberta no tempo da guerra do tal de Paraguai, saíram correndo. Correram tudo para lá, trabalharam mato adentro na boca da caverna, boqueirão grande para dentro eles trabalhavam, nessa época eles eram todos solteiros”*.

João Maciel também relata que “*lá perto da caverna tem um tal de Paraguaia que foi nessa Guerra do Paraguai, ele é desses Paraguaia. Eles emborcaram lá pelo sertão, onde é a caverna. Agora tem pouca gente deles, tudo já morreu. Eles contavam que depois eles desertaram, correram e se esconderam perto da Santa de Rubuquara. Eles foram para a guerra mas não chegaram a assistir todos os combates; lá dentro tem um salão, eles se esconderam de medo que os soldados levassem à força, até passar a guerra”*. Além do tronco Dias, Maria Adelaide Pedrosa indica que “*tem gente Paraguaia que também abriu lá”*. Stucchi, 1998: 74-78).

Os dois primeiros parágrafos transcritos acima, que falam da expansão territorial a partir de outros grupos, apresentam um conjunto de nomes de pessoas

e lugares os quais podem ser considerados bastante significativos para a compreensão da história da formação das comunidades rurais negras do Vale do Ribeira. Ivaporunduva, considerada a mais antiga, surgiu ainda no século XVII como área de mineração aurífera. A portuguesa Joana Maria, proprietária de minas e de escravos, no final da vida doou as terras à igreja, aforrou os escravos e voltou para sua terra natal. Bernardo Furquim, segundo relatos de sua bisneta Jovita Furquim de França, moradora da comunidade de Galvão, fugiu do cativeiro aos dezoito anos de idade, quando encontrava-se com feridas nos ombros de tanto carregar pedras. Ainda segundo Jovita, Bernardo fugiu com um pequeno grupo de mais dois homens e duas mulheres. Após vários dias de fuga pela mata, eles teriam encontrado outro grupo de escravos (ou melhor, ex-escravos) fugidos já estabelecido em Pedro Cubas, o qual lhes indicou o local onde hoje situa-se São Pedro como muito propício para a formação de um novo “acampamento”, além de oferecer-lhes mudas e sementes para o cultivo de roças. O laudo do MPF e a dissertação de Rosana Mirales<sup>48</sup> mostram que os moradores de Pedro Cubas reconhecem como ancestral fundador do bairro, Gregório Marinho, escravo fugido de uma das maiores fazendas da região, a Caiacanga.

Bernardo Furquim formou as comunidades de Barra do São Pedro e Lavrinha, atuais Galvão e São Pedro, respectivamente, tendo-se incorporado à malha de relações sociais e de parentesco que já existia entre grupos de famílias negras estabelecidas na área. Bernardo Furquim teve 22 filhos com mulheres de vários desses grupos. Seus descendentes contribuíram de modo importante para a extensão dessa malha. Vemos que uma de suas filhas, Ana Maria Furquim, casou-se com João Faustino Vieira, procedente do Nhunguara e que teria ficado escondido na Caverna do Diabo durante a guerra do Paraguai. Maria Adelaide Pedrosa, uma das moradoras mais velhas de André Lopes, é bisneta de Bernardo; sua mãe, Donária Arcângela Furquim, era filha de Ana Maria Furquim e João Vieira. Domingos Dias Vieira, irmão de João Faustino Vieira, teria sido o descobridor da “gruta”, hoje chamada de Caverna do Diabo<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Mirales, 1998.

<sup>49</sup> O quadro de parentesco em anexo mostra as alianças estabelecidas entre famílias do mesmo

Devemos observar que evidências documentais e relatos de moradores apontam a existência de outras famílias à época de chegada desses ancestrais fundadores. No entanto, estes são assim reconhecidos por seus descendentes devido à nova dinâmica que impuseram à economia política doméstica do lugar, às relações instituídas com grupos brancos dominantes do entorno, como comerciantes, e ao significativo reforço que deram às redes de parentesco existentes entre as populações negras da área, bem como a expansão de seus territórios.

Os registros de batismos apresentam alguns desses nomes. Como vimos acima, Faustino Vieira aparece registrando filhos com Joana Pedroso em 1847 e em 1872; e com Anna Pedroso em 1850. Devemos observar que ele aparece na condição de mulato liberto e as duas mulheres, na de pretas libertas. As irmãs Donária e Hemalporgia, filhas de Ana Maria Furquim e João Faustino Vieira, aparecem sendo batizadas em 5/10/1889, sendo que não consta a data de nascimento da primeira e a segunda nasceu em 3/3/1888. Domingos Dias Vieira (que às vezes também aparece como Domingos Vieira Parapunga), aparece, juntamente com Escolástica Pedroso, registrando os filhos Anna, nascida 5/11/1873 e Lourenço, nascido em 27/07/1874; e juntamente com Umbelina Maria da Costa, registra os filhos José, nascido em 11/05/1873, Zeferino, nascido em 07/12/1874, Antonio, nascido em 01/06/1889, e Evaristo, nascido em 05/07/1892. Máximo Vieira aparece, juntamente com Lourença Maximiana da Costa, registrando a filha Antonia, nascida em 03/02/1888, e juntamente com Justiniana da Costa, registra o filho Sérvio, nascido em 29/08/1890.

As histórias a que nos remetem os nomes de pessoas e lugares presentes nestes dois primeiros parágrafos do transcrito do laudo do MPF apontam para um amplo movimento de afluxo de grupos negros rumo a um processo de acamponesamento. Tais grupos, marginalizados pela sociedade branca dominante, constituíram seu próprio lugar dentro dessa mesma sociedade. A história de André Lopes certamente faz parte desse movimento. É importante observarmos que “ancestrais fundadores” de comunidades como São

---

grupo e entre grupos vizinhos, as quais significam estratégias de manutenção e de expansão de

Pedro/Galvão (Bernardo Furquim), Nhunguara/André Lopes (João Vieira) e Sapatu foram contemporâneos, como mostra a farta documentação existente sobre batismos e registros de terras. Eles tiveram importante papel na constituição dessa área reconhecida no entorno como sendo de bairros de pretos, e também na configuração da economia política desses bairros, uma vez que eram “fortes” (como dizem os moradores a respeito de Bernardo Furquim e de João Vieira). Ou seja, lideravam a produção e o comércio de consideráveis quantias de produtos da roça e outros, como farinhas de milho e mandioca e aguardente de cana.

Os parágrafos seguintes transcritos do laudo mostram que pelo menos desde o século XVIII, homens de famílias negras estabelecidas no Vale, sobretudo os solteiros, já eram perseguidos para o recrutamento militar, situação que foi agravada com a Guerra do Paraguai ocorrida entre os anos de 1865 e 1870.

Vimos que a família Vieira já estava em Nhunguara pelo menos desde 1830. Alguns descendentes afirmam que os Vieira são os mesmos Paraguaia, que ganharam esse apelido por causa da guerra. Há relatos de que João Vieira, juntamente com alguns irmãos solteiros, chegaram a ser recrutados e levados para lutar na guerra do Paraguai, mas conseguiram fugir e esconderam-se na área da atualmente conhecida como Caverna do Diabo. Na época em que os irmãos Vieira estavam escondidos, eles teriam descoberto a “gruta”, como até hoje é chamada pelos moradores essa caverna:

*Os mais velhos desses Paraguaia, desse Antonio, o pai dele que foi lá se esconder de medo deles levarem ele para a guerra. Eram todos solteiros, ficavam com medo de levarem eles. Tem capoeira deles por lá, para aquele lado. Aí ficaram por lá. Tinha a guerra acabado, acostumaram lá no mato, ficaram morando. Foram parar lá por perto da gruta, eles que acharam a gruta (Maria Adelaide Pedrosa).*

*[Quem descobriu a caverna] foi o tal de Domingos Dias. (...) A história da caverna [...] Até meu sogro guardou feijão lá. Ele guardava o feijão debaixo daquela pedra dentro da caverna. Eles faziam a roça e enquanto o feijão secava, colocavam lá. Podia chover, não molhava (Aparecida Pedrosa de Moraes).*

*Os primeiros que eu sei, que minha mãe falava, era o Domingos Dias Vieira, que era o morador de lá antes. Ele que criava (...) e abriu aquela posse lá, o Domingos Dias Vieira com o filho dele. Então minha mãe contava a história assim. Eles trabalhavam a semana inteira, quando era final de semana, sábado, domingo, caçava, naquele tempo não tinha os problemas de hoje de caçar. Então eles iam caçar e aí encontraram aquela pedra lá e chamaram de gruta, hoje é caverna, mas chamava de gruta (Nelson Julio da Silva).*

Vários descendentes dos Vieira referem-se a esses antepassados como Paraguaia. Por exemplo, Nelson Julio da Silva, bisneto de Domingos Dias Vieira, refere-se a filhos deste último chamados de Zé Paraguaia e Zeferino Paraguaia.

Terminada a guerra, João Vieira casou-se com a filha de Bernardo Furquim. Vemos Maria Adelaide dizer que outros irmãos ficaram na área da “gruta”, local chamado de sítio Tapagem. Segundo relatos de vários moradores mais velhos, alguns dos irmãos Vieira constituíram família e permaneceram em André Lopes e Nhunguara até o fim da vida. Seus filhos também permaneceram no lugar, e hoje muitos de seus netos e bisnetos moram nesses dois bairros:

*Celina: Quem foram os primeiros que foram morar lá [no sítio Tapagem]?*

*Evaristo: Joaquim Vieira de Moraes, meu Avô.*

*Celina: Quem era a esposa dele?*

*Evaristo: Marcelina.*

*Celina: Onde eram nascidos?*

*Evaristo: Nasceram no Nhunguara mas depois foram morar lá.*

*Celina: Dizem que Nhunguara e André Lopes era uma coisa só...*

*Evaristo: Era uma família só.*

*(...)*

*Evaristo: Tinha os irmãos dele, do Joaquim [Vieira]: Sebastião Vieira, João Vieira, Domingos Vieira.*

*Celina: Todos eles moraram lá [no sítio Tapagem]?*

*Evaristo: Moraram lá, abriram propriedade lá, são os antigos lá.*

*Celina: Os filhos do Joaquim ficaram morando lá?*

*Evaristo: Moraram bastante tempo, agora estão todos mortos.*

*(...)*

*Celina: Dessa família dos Vieira, quantos ficaram lá?*

Evaristo: *Ficaram todos até morrer, agora são mortos, tem neto, bisneto, tataraneto...*

Celina: *Todos esses filhos do Joaquim e da Marcelina ficaram com propriedade lá?*

Evaristo: *Ficaram lá, moravam e trabalhavam lá. As capoeiras estão todas lá.*

Celina: *E os filhos do Sebastião, do João e do Domingos Vieira?*

Evaristo: *Ficaram até o fim da vida deles, depois morreram e acabou tudo. (Evaristo Pereira de Moraes, neto de Joaquim Vieira)*

Celina: *Quem foram os primeiros que estiveram aqui nessa parte da caverna?*

Aparecida: *É do meu sogro, Venâncio Placídio Vieira, que morou lá. Tem até o aterro da casa dele defronte àquele corquinho, onde tem uma jaboticabeira, (...) bem na beira da água.*

Celina: *Seu sogro é nascido e criado lá?*

Aparecida: *É nascido e criado lá.*

Celina: *A senhora sabe quem eram os pais dele?*

Aparecida: *Era Domingos Dias Vieira. A mãe era Carmelinda.*

*(Aparecida Pedrosa de Moraes).*

Jaime: *O Domingos Dias Vieira, naqueles tempos lá era um sertão, era mato bruto, era mato de bicho mesmo. Então, naquele tempo que a pessoa entrava em qualquer lugar assim, abria aquela, no dizer deles, dos antigos, capuava, abria aquela capuava e lá ficava no mato. Então fazia dois alqueires, três alqueires, fazia um paiolção e lá ficava. E lá criava a família e depois iam abrindo acampamento, acampamento. Até que meu avô formou tudo aquilo lá e depois vendeu aquela área da caverna e ficou morando lá até que morreu lá.*

*(...)*

Celina: *Quem mais morava lá, o senhor sabe se tinha algum irmão do seu avô?*

Jaime: *Do Domingos Dias Vieira, que eu lembro, tinha um cunhado dele que morava mais para frente da caverna, um lugar que não sei se chamam ainda nesse nome (...), que chamava Rolado o lugar. [...] O nome era... Faz muito tempo, custa lembrar... Segundo. (...) Era cunhado de Domingos Dias Vieira.*

Celina: *Era casado com a irmã do Domingos Dias?*

Jaime: *Foi casado com ... Um era casado com a irmã de outro, eram concunhados, agora eu não sei qual dos dois que era*

*casado com a irmão do outro. Então, quando eles entraram naquele sertão lá, que meu pai contava, então dividiram. Meu avô ficou naquela parte lá da caverna, que se chama Tapagem, e ele ficou da boca da caverna para frente com o nome de Rolado, dividiram o terreno. A parte do Rolado era do Segundo e a parte da caverna para cá era do meu avô Domingos Dias Vieira.*

(...)

*Na Tapagem tinha o Venâncio com a família inteira que morava lá, que era meu tio; mais para baixo, tinha o José Zeferino, que morava do nosso lado [...]; mais para baixo ali morava meu pai, mais para fora, tinha os outros morando lá no rio [Ribeira].*

*Celina: Tinha bastante gente morando na beira do rio?*

*Jaime: Na beira do rio tinha bastante. Ali tinha a família [dos] Pedroso, moravam todos ali.*

*Ignez<sup>50</sup>: Quer dizer que essa turma que está lá hoje é tudo descendente dessa turma aí?*

*Jaime: É, é.*

*Ignez: Tem bastante gente, tem setenta casas lá.*

*Jaime: Aqueles mais antigos que tem ali, são tudo família dos Pedroso.*

*Celina: Dos Vieira...*

*Jaime: É, Vieira, Pedroso.*

Vimos, em capítulo anterior, que as famílias negras estabelecidas no Vale do Ribeira viveram um processo de acamponesamento passando a compor *bairros rurais*, conforme definição de Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>51</sup>, com um modo de vida *caipira*, conforme categoria de análise estabelecida por Antonio Candido<sup>52</sup>. Esta observação obviamente também é válida para André Lopes. Os mais velhos gostam de falar a respeito da vida antigamente:

*Aparecida: Os mais velhos de primeiro, eles não tinham nada disso. Onde eles encostavam uma foice, eles roçavam e plantavam e não tinha nada de Meio Ambiente. Hoje em dia está*

---

<sup>50</sup> Maria Ignez Maricondi, arquiteta, trabalha no ITESP na elaboração...[completar nota]

<sup>51</sup> Queiroz, 1973.

<sup>52</sup> Candido, 1971.

tendo isso. Mas os meus mais velhos não tinham nada disso. Onde eles iam fazer uma roça, lá eles botavam a foice e plantavam. Quando era época de plantar feijão, [diziam]: eu vou fazer uma roça lá de plantar feijão e iam lá e roçavam. (...) Eu mesma trabalhei (...). Aquele fundo que tem lá assim, que desce aquele bananal, que desce aquele caminho da toca [caverna], por ali tudo eu trabalhei. (...) Ali era da minha família. Ali nós colhíamos arroz, nós colhíamos feijão, nós colhíamos de tudo.

(...)

Eu mesma fazia mutirão. Meu marido ficou doente e eu fiquei sozinha para trabalhar. (...) Aí a turma falou vamos dar uma ajuda a ela porque o arroz dela está muito para ela colher sozinha. Aí um dia nós reunimos bastante gente. Deu um tempo bom, pus a lata de comida nas costas para [fazer] o rancho para os camaradas foi lá naquele lugar lá onde tem a roça até hoje, no caminho daquela toca [gruta]. (...) Uh, mas teve gente! De tarde teve um baile! Teve o almoço, o café, tudo, e de tarde o baile, a janta para o pessoal. (...) Eu mandei a cozinheira manejar na janta porque eu estava na roça. (...) Colhemos todo o arroz, encheu o cômodo lá.

Celina: Então era bastante arroz, heim?

Aparecida: Era grande a roça, ainda ficou um pedaço para eu colher sozinha.

Celina: Quantas pessoas foram trabalhar com a senhora?

Aparecida: Umas trinta e poucas pessoas. (...) Eu não podia fazer sozinha, precisei de ajuda.

Celina: Antigamente fazia muito mutirão, não é?

Aparecida: Fazia, mutirão saía demais antigamente. (...) [O dono da roça] ele vinha aqui, dizia eu quero que você venha sábado que eu vou fazer mutirão. O pessoal pegava aquele caminho, que não era assim [apontando para a atual estrada da caverna], era mato.

(Aparecida Pedrosa de Moraes).

Jaime: Feijão, arroz, plantava a rama para fazer a farinha.

Celina: Fazia para vender?

Jaime: Para vender, para usar. Arroz socado em pilão, café. Plantava aqueles capão de café lá na serra. [...]

(...)

Celina: Então, das coisas de comer, não precisava comprar nada?

Jaime: *Eu lembro que no tempo do meu pai o que mais comprava, não tinha energia [elétrica], era querosene e sal. A maioria das coisas, tinha de tudo em casa, tinha arroz, feijão. Açúcar, ninguém usava, era cana, cana moída. Fervia a garapa, às vezes fazia melado, punha na lata de 20 litros e ficava guardado, podia fazer o café e temperar, agora, aquele melado é ruim para fazer o café porque não derrete!*

(...)

Celina: *Fazia roça muito grande naquele tempo?*

Jaime: *Fazia, meu pai plantava um alqueire de mandiocal naquele serro ali. Plantava para fazer farinha e plantava para dar para a criação, para criar porco. Arroz, plantava de nove, dez alqueires.*

Celina: *Então precisava de bastante gente para trabalhar?*

Jaime: *Precisava de bastante gente para trabalhar. Meu pai, tinha vez que ele fazia roça ali de quatro, cinco alqueires de arroz. Alqueire que nós falamos, é meio saco. Plantava ali, depois cortava o arroz, naquele tempo, ninguém cortava arroz assim, era tudo no canivete, punha aquela turma de gente para colher. Achava bonito porque, quando o arroz estava maduro, descia muito passarinho na roça, periquito, aquela tiriba, tucano [...], achavam bonito então. Papai não deixava ninguém atropelar passarinho, ficava colhendo arroz e aquelas pombas desciam, e tinha que espantar. Papai dizia: não atropela o passarinho, ele está cantando bonito . Era bonito ver.*

(...)

*Eu, com idade de dez anos, eu ia tirar mandioca lá naquele [...] com o meu pai.*

Celina: *As roças eram longe das casas?*

Jaime: *Longe e na serra. Tinha lugar que nós trabalhávamos, chamado Pedra Branca, para cá da caverna, não é que era muito longe, mas subia serra, descia serra pulando por cima de pau, pedra, era difícil para subir.*

Celina: *Tanto é que vocês moravam na beira da estrada e tinham roça lá dentro na Pedra Branca...*

Jaime: *Trabalhava por lá tudo na Pedra Branca.*

Celina: *Tinha mais lugar que trabalhava?*

Jaime: *Trabalhava na Pedra Branca, trabalhava ali para trás do rio, trabalhava naquela cabeceira.*

Celina: *Qual rio?*

Jaime: *Na beira do Ribeira, nós trabalhávamos por ali tudo. Toda parte ali que tinha folga, que não tinha gente morando.*

Celina: *E na Tapagem, tinha roça?*

Jaime: *Tinha, trabalhava lá também.*

Celina: *Então quer dizer que tinha várias roças da família?*

Jaime: *Naquele tempo não tinha impedimento de gente quase, onde a pessoa dava na cabeça, ia lá e fazia uma roça. Onde a pessoa via que dava uma planta boa, ia lá e fazia uma roça, tirava aquela roça e deixava o mato lá, já ia fazer roça noutro lugar, era assim.*

(...)

Celina: *Então as áreas de capoeira da família não eram só na Tapagem?*

Jaime: *Tinha em toda parte, todas as famílias tinham. Ali fazia uma roça num lugar, outro fazia roça noutro lugar, cada pessoa fazia roça num lugar. Inclusive meu pai tinha três filhos que se criaram junto com ele. Eu também me criei junto com ele, mas eu trabalhava junto, eu só saí de casa quando casei, eu saí de casa com idade de 27 anos, trabalhava junto com meu pai, não fazia serviço apartado. O finado Antonio, o finado Aristides, que eram meus irmãos, quando eles se paravam com uma idade, eles faziam roça separado, então meu pai fazia roça num lugar, eles fazia noutro, cada um fazia uma roça para ele.*

Celina: *A partir de que idade?*

Jaime: *Até 18, 19 anos, a pessoa acompanhava o pai, depois cada qual fazia para si. Mas, quem tinha amor no pai, eu até com a idade de 27 anos, trabalhava junto.*

Celina: *Então tinha aqueles que com 18, 19 anos faziam a sua roça, mesmo solteiro?*

Jaime: *Mesmo solteiro. Então ele dizia: Lá é minha capoeira, eu fiz uma capoeira. Lá é meu . (Jaime Morato da Silva, neto de Domingos Dias Vieira).*

Os depoimentos acima exemplificam bem alguns temas que tratamos em capítulos anteriores. Estas falas de moradores são narrativas de relações de parentesco, de trocas sociais, econômicas e simbólicas, e de representações que regem o uso e a interação com o meio ambiente. Em suma, narram, a partir de um ponto de vista local, ou seja, o dos moradores de Nhunguara e André Lopes,

pequenas histórias fundamentais para a compreensão da história mais ampla da constituição das comunidades rurais negras do Vale do Ribeira.

Já vimos que estes grupos quilombolas nunca viveram isolados, tendo sido fornecedores de gêneros alimentícios para o mercado local, regional e mesmo mundial e, como qualquer grupo camponês, viviam relações de subordinação com este mercado. Esta subordinação, no caso destes descendentes de africanos escravizados, sempre foi muito pronunciada, tendo vivido um cotidiano de trabalho agrícola muito intenso.

Até o início do século XX transitavam pelo Ribeira de Iguape barcos a vapor comprando a produção agrícola diretamente dos moradores. Posteriormente, o modo de comercialização mais comum passou a ser a venda para os armazéns localizados na beira do Ribeira. Como aí também compravam sal, querosene, tecido, ferramentas, aguardente e, posteriormente, outros itens, resultava que raramente conseguiam obter algum dinheiro com a venda de sua produção após pagarem sua conta. A partir de 1950 passou a ser comum que os agricultores ficassem endividados, ou seja, mantinham-se com os produtos do armazém enquanto faziam sua roça e na colheita entregavam toda ou quase toda a produção para saldar a dívida que haviam acumulado. Ao longo dos anos a população incorporou novos hábitos e foram criadas novas necessidades de consumo, crescendo a lista de itens adquiridos. Os valores obtidos com a venda do produto *in natura* também tornaram-se insuficientes para adquirir aquilo que não era produzido no sítio. Referindo-se a esta situação, L. Carril afirmou que “O armazém era o patrão”<sup>53</sup>.

Dependendo das quantidades e do acordo feito, o comerciante buscava o produto nas roças, em lombo de mulas. Grande parte do transporte, contudo, era feito pelas famílias produtoras, “nas costas”, até a beira do rio, de onde seguia de canoa até Eldorado ou mesmo até o Porto em Iguape. Apenas um número pequeno de agricultores dispunha de cavalos ou mulas, permitindo-lhes autonomia no transporte de sua produção e, assim, vender e comprar a preços bem mais vantajosos.

---

<sup>53</sup> Carril, 1995:31.

O trabalho agrícola dos dias de hoje realiza-se do mesmo modo como o faziam os antepassados, apoiado em um saber-fazer que exige profundos conhecimentos da natureza e seus ritmos, o que inclui, além dos tipos de solos apropriados para as diversas culturas, a época do ano e a fase da lua mais apropriadas para o plantio e para a colheita.

Nos meses de janeiro e fevereiro, é tempo de preparar a terra: limpar a roça e queimar o mato derrubado três meses antes. Entre fevereiro e março, planta-se o feijão combinadamente com a cana-de-açúcar. Mas tem que ser na lua minguante para não carunchar o feijão. A cana, a princípio, pode ser plantada em qualquer mês, mas os moradores explicam que quando plantada nos meses de fevereiro, março ou setembro, ela fica “especial”, muito mais doce e suculenta. Em abril, começa a colheita do arroz, que vai até maio. Antigamente, quando as roças eram maiores, com até doze alqueires, a colheita ia até junho. Em julho, limpa-se uma nova roça ou prepara-se a mesma onde foi colhido o arroz, para o segundo plantio anual do feijão, que vai até setembro. Julho também é mês de plantio de milho e rama de mandioca. O milho, assim como o feijão, tem duas épocas anuais propícias para o plantio: julho, que os moradores chamam de “milho de cedo”, e novembro, que chamam de “milho de tarde”. A batata doce, quando plantada entre os meses de janeiro e maio, pode ser colhida dentro de três meses, mas se plantada em julho, demora seis meses. O cará de espinho pode ser plantado em qualquer mês, mas setembro é a melhor época porque permite a colheita em nove meses; quando plantado em outro mês, demora dois anos para ser colhido. Banana nanica, se plantada em fevereiro, dá em nove meses; se plantada em outro mês, demora um ano. O taiá e o inhame são plantados de julho a dezembro e podem ser colhidos no prazo de aproximadamente um ano; quando plantados no primeiro semestre, demoram mais tempo para ser colhidos.

Essas atividades agrícolas são praticadas até os dias de hoje por algumas famílias, apesar das restrições impostas pela legislação ambiental, e garantem a alimentação diária. O impedimento dessa atividade, nos últimos anos, juntamente com a falta de oportunidades de emprego, tem obrigado muitos moradores das

diversas comunidades negras da área a trabalharem na extração clandestina do palmito, o que os coloca em situação de criminalidade.

## **6. A Vida Hoje em André Lopes**

Até cerca de dez anos atrás, muitas famílias ainda conseguiam viver exclusivamente da produção de excedentes, produzindo para o consumo e para a obtenção de bens que não eram produzidas nos sítios. Contudo, nos dias de hoje, algumas famílias plantam feijão, arroz, milho, amendoim, mandioca, batata doce, alguns tipos de cará, e produtos de horta apenas para o consumo interno do grupo.

Algumas vezes, o trabalho mais imediato de obtenção de alimento, como os cuidados com a horta e a pesca, é feito muitas vezes pelas mulheres, considerando que os homens vão trabalhar fora para a obtenção de dinheiro. Muitos trabalham nas fazendas das imediações e voltam para casa todos os dias. Outros, trabalhando em fazendas mais distantes, têm que dormir nas mesmas, retornando para o convívio com esposa e filhos apenas uma ou duas vezes por mês. Ainda há alguns que trabalham em São Paulo, enquanto mulher e filhos permanecem no bairro.

Por volta das décadas de 1950/60, as populações rurais negras do Vale começam a ter alterado o quadro socioeconômico apoiado na pequena produção de excedentes. Contudo, esse quadro começa a alterar-se, conforme Queiroz<sup>54</sup>, no final da década de 1950, quando a indústria do palmito volta-se para a região. O autor nos mostra que, em Ivaporunduva, essa atividade extrativa levou a uma desestruturação produtiva da comunidade na medida em que os moradores abandonavam as atividades agrícolas de auto-sustentação e ficavam sob a dependência desse único produto.

---

<sup>54</sup> Queiroz, 1983.

O trabalho *Olhares Cruzados*<sup>55</sup> mostra que a atividade começou a ganhar maior importância nas décadas de 1960/70, época em que foram planejados diversos projetos desenvolvimentistas para a região, dos quais fez parte a construção de estradas como parte da infra-estrutura necessária para atrair indústrias agropecuárias para a região. Eram concedidas autorizações para o desmatamento de cem, duzentos hectares de mata para a implantação de planos de cultivo de chá, banana, cacau, seringueira, criação de búfalos, etc. Contudo, a maioria dessas empresas nunca foram implantadas, tendo apenas servido de pretexto para a exploração desenfreada dos recursos naturais da mata, além de abrirem as portas para os especuladores imobiliários:

*Mas estas atividades foram também apenas os motivos fantasmas para o aproveitamento de incentivos fiscais e créditos bancários, gerando o aproveitamento de recursos florestais e sérios conflitos de terra*<sup>56</sup>.

Com as autorizações para o desmatamento, eram concedidas autorizações para a extração do palmito. Na cultura tradicional da região, o produto não possuía valor, sendo considerado *comida de macaco*. Contudo, esta atividade, sendo muito rentável para o empresário por não implicar em custos com a matéria prima e nem com a mão-de-obra, além de não pagar impostos, tornou-se para muitas famílias (e ainda hoje é para algumas) principal fonte de renda, na falta de outras alternativas. As leis de proteção ambiental relativas às diversas Unidades de Conservação que se sobrepõem na região impedem a extração de palmito, o que, além não proteger efetivamente a mata contra essa atividade, coloca moradores locais na clandestinidade:

*Como pode o palmito, de um insignificante item alimentício e econômico na cultura tradicional, tão valorizado na mesa do consumidor cidadão nacional e estrangeiro, ser atualmente tão caro ao indivíduo que o extrai, não por seus ganhos propriamente, mas por suas noites de vigília, seus sentidos aguçados pela perseguição da polícia florestal, seu papel de contraventor, sua cidadania aviltada, sua vida ameaçada pela arma e pela fome?*<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Brandão, 1998.

<sup>56</sup> Brandão, 1998: 71.

<sup>57</sup> Ibidem.

Mesmo com o advento das leis ambientais que proíbem o desmatamento e, portanto, a tradicional agricultura de coivara, muitas famílias de diversos quilombos da região conseguiram, pela clandestinidade e, desde 1997, com autorizações de desmatamento para esse tipo de agricultura concedidas pelo Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais – DEPRN –, manter a pequena produção de excedentes como faziam seus antepassados desde há quase quatro séculos (considerando-se a época da formação de Ivaporunduva). Contudo, apesar dos atuais níveis de depredação que obrigam a extração do palmito cada vez mais no interior da mata, esse produto continua sendo a principal fonte de renda mais imediata, embora muito pouco lucrativa, de inúmeras famílias. Principalmente porque os produtos da roça já não têm valor de troca suficiente para a obtenção dos produtos mínimos necessários para a vida cotidiana. Aliás, há pelo menos quatro décadas, as *soluções mínimas* a que se refere Antonio Cândido<sup>58</sup>, nas quais esteve tradicionalmente apoiado o modo de vida caipira, vêm tornando-se cada vez mais difíceis de ser atingidas. Tenho conversado com moradores do Galvão que devem mais de quinhentos reais a um comerciante das proximidades, e falam de parentes que devem mais de dois mil reais. No passado não havia níveis altos de endividamento.

Edi Dias da Silva, filha de Ismael Julio da Silva, que foi um dos maiores comerciantes da região, e casada com Gaspar Maciel, um antigo comerciante das margens do rio Ribeira, estabelecido no bairro Castelhana, relata que os moradores dos bairros negros dos arredores foram diminuindo a quantidade de produtos agrícolas que eram levados para a troca com outros produtos à medida em que o trabalho de extração de palmito foi ampliando-se. Segundo ela, há cerca de dez anos, as trocas *in natura* cessaram totalmente.

Portanto, a extração ilegal de palmito é a principal atividade de algumas famílias de bairros negros do Vale. Isso acontece exclusivamente por falta de alternativas econômicas. Quando vemos homens e adolescentes descreverem o medo que sentem de serem pegos pelo guarda florestal, correndo o risco de serem presos e perderem os burros usados na atividade, além de serem

---

<sup>58</sup> Cândido, 1971.

humilhados e correrem risco de vida<sup>59</sup>, e a preocupação das mulheres, que beira o desespero enquanto maridos, irmãos e filhos não retornam das incursões cada vez mais longas na mata, podemos facilmente concluir que todos gostariam de poder optar por outras atividades que pudessem garantir o sustento sem aviltar a cidadania.

A falta de recursos também levou moradores a venderem partes de suas posses, principalmente a partir da década de 1980. Devemos aqui lembrar que a proibição das roças entrou em vigor em 1963, com a criação Parque Estadual de Jacupiranga, que recaiu sobre o território de várias comunidades quilombolas. A atuação do policiamento e a imposição de multas aos agricultores, no entanto, se intensificou no início da década de 1980. As famílias que venderam seus direitos fizeram a opção que, certamente, lhes pareceu mais razoável. Ou seja, preferiram mudar-se para perto da estrada e ter facilitado o acesso aos outros locais de trabalho a continuar morando em um lugar distante, no qual não poderiam mais praticar a agricultura. Portanto, para uma população que foi proibida pelo Estado de utilizar seu território da forma tradicional, sem que se lhes tenham oferecido outras opções econômicas, as vendas significavam também uma forma de aliviar o sofrimento das famílias. Atualmente, os moradores apontam quatro áreas vendidas a pessoas de fora, as quais foram herdadas por descendentes de Donária, uma das netas dos “ancestrais fundadores” de Nhunguara e André Lopes.

Além dos conflitos relativos aos direitos costumeiros de uso do meio ambiente, alguns moradores de André Lopes vêm tendo problemas com um certo Anésio de Lara Campos, advogado residente na cidade de São Paulo a quem acusam de grilar terras. Em processo judicial, ele alega possuir áreas do sítios Rolado e Tapagem, as quais teria comprado de moradores descendentes dos

---

<sup>59</sup> Houve, no primeiro semestre de 1997, no município de Eldorado, o caso de um trabalhador rural, pai viúvo de 5 filhos (o número de filhos aparece ora sendo de cinco, ora sendo de sete, conforme as diversas versões ouvidas) que foi morto pelo guarda florestal ao ser surpreendido retirando palmito da mata.

Vieira e dos Pedroso. A área na Tapagem foi negociada com Amantino Vieira em troca de um cobertor<sup>60</sup>, conforme relata uma de suas sobrinhas:

*Moradora: Esse Anésio é gente grilador, ladrão. Ele trocou uma coberta com um parente nosso.*

*Celina: Uma coberta? A senhora que dizer um cobertor?*

*Moradora: Sim, trocou um cobertor com a terra. O coitado era bobo. Nesse tempo, o povo era muito caipira demais, qualquer coisa para ele era grande coisa. Ele [o Anésio] trocou o cobertor com um tio meu que morava lá [na área da caverna] antes de nós irmos morar para lá.*

*Celina: Quem era esse tio seu?*

*Moradora: Era Mantino, antes de nós irmos trabalhar para lá. Nós sempre tivemos a nossa parte lá porque é a parte do meu esposo e a parte da minha sogra. Aí nós sempre íamos trabalhar para lá, mas depois que ele fez o negócio com o Mantino, ele quis tomar conta lá do sítio todo.*

*Celina: O seu tio Mantino saiu de lá?*

*Moradora: Ele saiu, foi embora para a Barra do Braço.*

*Celina: Ele mudou de lá, ele trocou porque estava querendo sair?*

*Moradora: Não estava querendo sair, ele que mandou ele sair, o Anésio que mandou ele sair.*

*Celina: O seu tio não queria sair?*

*Moradora: Ele não queria sair porque ele é nascido e criado aqui.*

Os problemas com grileiros e com a legislação ambiental não são os únicos enfrentados pelas populações camponesas negras do Vale. O oferecimento de serviços básicos nas áreas de saúde e transportes tem sido muito precários, prejudicando a população rural da área de modo mais amplo. André Lopes conta com um posto de saúde, que nunca tem médico e nem medicamentos, funcionando precariamente com o trabalho de uma única agente de saúde (Marisa de Souza, descendente dos Vieira e de Bernardo Furquim) que atende também as comunidades de Sapatu, Ivaporunduva, Nhunguara, São Pedro e Galvão. Mesmo assim, esta agente de saúde, apesar de experiente e bem treinada, pouco pode fazer para dar atendimento aos doentes. Os moradores são atendidos na Santa Casa de Eldorado, distante quase quarenta quilômetros, sendo que há uma linha

---

<sup>60</sup> Vimos, no capítulo *O território Quilombola*, que os moradores locais não compreendiam a terra

de ônibus funcionando em apenas dois horários. Em casos de emergência, a ambulância pode demorar muito para chegar. Primeiramente, porque os telefones públicos mais próximos, são de acesso difícil para a maioria das pessoas, e também porque sempre há a possibilidade de a ambulância estar servindo em outro atendimento ou então estar quebrada. A agente de saúde relata que costuma atender parturientes às quais o socorro médico não chega a tempo, sendo que já houve um caso em que a criança nasceu na estrada, antes que se pudesse conseguir um carro para levar a mãe para Eldorado.

Recentemente, desde junho de 1999, vem sendo implantado o Programa de Saúde da Família (PSF) , em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, os municípios de Iporanga e Iguape, e o ITESP. Contudo, estando em fase de implantação, o Programa possui um ônibus equipado para prestar atendimento médico, onde trabalham uma médica, um auxiliar de enfermagem, um enfermeiro e um agente de saúde. Esse ônibus atende as comunidades de André Lopes, Nhunguara, Sapatu, Pedro Cubas, São Pedro, Galvão e Nhunguara, sendo que a capacidade de atendimento é de 16 consultas para cada comunidade uma vez por semana.

## **7. Conclusões**

A Comunidade Negra de André Lopes faz parte de um conjunto maior de inúmeras comunidades rurais de população afrodescendente existentes no Vale do Ribeira, cujas origens remontam à história do ciclo minerador iniciado na região no século XVII, e à história do ciclo rizicultor, que teve seu ápice no século XIX. Esses dois ciclos econômicos estiveram apoiados na mão-de-obra de homens e mulheres negros escravizados. Fugitivos e seus descendentes fundaram grupos que deram início a um processo de acamponesamento que resultou no adensamento populacional negro na região. Conforme demonstra Stucchi, André Lopes faz parte

de uma 'comunidade' em sentido mais amplo, formada pelos bairros rurais negros do vale do rio Ribeira de Iguape, que guardam igualmente,

---

em termos de representações capitalistas.

em seu conjunto, um vínculo histórico com comunidades de antigos quilombos, uma vez que, tanto quanto as anteriores, têm sua origem vinculada à emergência, nos séculos XVIII e XIX, de um campo de relações sociais formado eminentemente por populações negras, inclusive quilombolas, que se constituiu em conjunto com a ocupação territorial negra no Vale, possibilitando sua continuidade<sup>61</sup>.

Trata-se de um grupo social articulado a uma sociedade mais ampla e que possui um sistema social e econômico próprio, embora sem estar à margem do sistema capitalista. Possuem semelhanças estruturais com as demais populações rurais da região, que Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>62</sup> chama de *bairros rurais*. Contudo, diferenciam-se destes últimos não apenas pela cor da pele dos indivíduos, mas pelo passado relacionado à escravidão, pela memória carregada de sentido étnico, e pela consciência de sua história.

Neste sentido, as comunidades rurais negras – não apenas no Vale, mas em diversos lugares do país – vêm (re) elaborando e fortalecendo sua identidade quilombola com vistas a reivindicar o direito à titulação de seus territórios previsto no artigo nº 68 do ADCT. Este e suas posteriores regulamentações como legislação imperativa, apresentam-se como mecanismo ativo capaz de saldar, ainda que parcialmente, a dívida social e moral de toda uma nação com um segmento étnico que, escravizado, foi responsável por grande parte das riquezas acumuladas pelo país e permanece alijado das benesses deste empreendimento.

No caso do vale do Ribeira, a presença do trabalho do escravo negro naquele que foi o primeiro ciclo aurífero do período colonial, vinha sendo ignorada até há poucos anos pelos estudiosos do sistema escravista em São Paulo. O trabalho da historiadora Lurdes Carril mostra que os diversos bairros rurais negros existentes hoje na região do Vale do Ribeira formaram-se pela libertação ou simples abandono de cativos após a decadência da atividade mineradora, ou pela fixação de escravos em situação de fuga.

Em 1998, foi concluído o laudo antropológico realizado pelos antropólogos do Ministério Público Federal, praticamente nossos “co-autores” em alguns

---

<sup>61</sup> Stucchi, 1998: 212; grifo no original.

<sup>62</sup> Queiroz, 1973.

capítulos deste trabalho, que revela que o Vale, favorecido por uma formação geográfica com serras e inúmeros rios de difícil navegação, representou, primeiramente para a população indígena e depois para os negros que fugiam da escravidão, importante refúgio. O laudo também mostra que a permanência desses grupos na região não foi favorecida apenas pelas condições ecológicas. Ao contrário da idéia de comunidade fechada, auto-suficiente e isolada, as comunidades negras do Vale estiveram historicamente engajadas com a economia da Colônia, do Império e do Estado Nacional, o que certamente constituiu um dos principais fatores que favoreceram a fixação dessas comunidades em seus territórios, e sua reprodução no espaço e no tempo. É evidente a importância das comunidades negras na economia do Vale, seja em relação ao mercado regional, seja na produção de alimentos para outras localidades do país, como foi o caso do arroz, que no auge de seu ciclo econômico tornou-se o internacionalmente conhecido “arroz de Iguape”, famoso por sua alta qualidade.

Relatos de moradores de André Lopes, especialmente os mais velhos, atestam que os que hoje moram no lugar são descendentes de Domingos, João Faustino e Máximo Vieira, filhos de Faustino Vieira, reconhecido por alguns como ex-escravo. Recrutados para a guerra do Paraguai, os irmãos Vieira teriam fugido, buscando esconderijo na área da atual Caverna do Diabo. Escondidos nessa área, descobriram a existência da caverna. Fontes primárias de documentação, como registros de batismos e de terras, apontam para a presença de Faustino Vieira em Nhunguara e de descendentes seus em Nhunguara e André Lopes desde a primeira metade do século XIX.

Até agora, a comparação entre dados presentes na documentação pesquisada e os depoimentos de moradores nos levam a crer que escravos fugidos que são considerados “fundadores” de algumas comunidades, constituíam mecanismos capazes de alterar sua condição, inclusive oficialmente, para *livres* ou *libertos*, o que poderia facilitar suas relações – principalmente comerciais – com a sociedade branca dominante da região. Chegamos a essa conclusão porque antepassados reconhecidos por seus descendentes como tendo

sido escravos fugidos (casos de Bernardo Furquim/São Pedro e Gregório Marinho/Pedro Cubas) e outros cujos relatos de descendentes apenas sugerem que foram escravos (caso de Faustino Vieira), ao registrarem filhos nos livros de batismos, aparecem como pretos ou mulatos, livres ou libertos.

Diante das constatações, presentes neste trabalho, de que os atuais moradores de André Lopes são descendentes de homens e mulheres negros escravizados, e cujas origens estão diretamente ligadas à história da escravidão ocorrida no Vale do Ribeira, concluímos que essa comunidade deve ser considerada como **quilombo** a fim de que sejam ativados os seus direitos de titulação das terras que compõem o território da comunidade, necessário à sua manutenção e reprodução enquanto população florestal camponesa.

**Maria Celina Pereira de Carvalho**  
Antropóloga.

## 8. Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner. 1999. Os quilombos e as novas etnias. In LEITÃO (org.) *Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais*. São Paulo, Instituto Socioambiental.
- ALMEIDA, Antônio Paulino. 1946. Memória Histórica da Ilha do Cardoso. Revista do Arquivo Municipal, vol CXI, ano XIII. pp19-52.
- ALMEIDA, Marcos Farias. 1998. Extermínio Seletivo e Limpeza Social em Duque de Caxias: a Sociedade Brasileira e Os Indesejáveis. Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado.
- ASSUNÇÃO, M. R. 1996. *Quilombos Maranhenses*. in REIS, J. R. e GOMES, F. S. (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. Da Letras.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1998. *Olhares cruzados. Visões e Versões sobre a Vida, o Trabalho e o Meio Ambiente no Vale do Ribeira*. São Paulo, Instituto Socioambiental.
- CANDIDO, A. 1971. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades.
- CARRIL, Lourdes de Fátima B. 1995. *Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.
- CARVALHO, Maria Celina Pereira. 1999. *Histórias da Ilha: Temporalidade e Apropriação do Espaço na Ilha Comprida*. Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. 1997. *Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário*. São Paulo,
- FABIAN, Johannes. 1983. *Time and the other*. NY, Columbia University Press.
- GOMES, F. S. 1996. *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*. in REIS, J. R. e GOMES, F. S. (org.) *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. Da Letras.
- HARVEY, David. 1998. *Condição Pós-moderna*. SP, Loyola.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Vozes.
- MARCUS, George. 1991. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao

- nível mundial. *Revista de Antropologia*, vol 34. São Paulo, USP, pp. 197-221.
- MARTINEZ, Maria Cecília. 1995. *A Ação Governamental e a Resistência Camponesa no Vale do Ribeira - 1968/1986*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.
- MARTNS, J. de Souza. 1997. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec.
- MAUSS, Marcel. 1988. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa, Edições 70.
- MIRALES, Rosana. 1998. *A identidade Quilombola das Comunidades de Pedro Cubas e Ivaporunduva*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC.
- MOREIRA, Albertino G. 1943. Iguape e outras cidades mortas. In: *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XCII, ano IX, out/nov/dez. pp.61-73.
- MÜLLER, Geraldo. 1980. "Estado, Estrutura Agrária e População. Ensaio Sobre Estagnação e Incorporação Regional". *Cadernos CEBRAP* nº 32, Petrópolis, Vozes.
- MUSUMECI, Leonarda. 1988. *O mito da terra liberta*. SP, Vértice.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. 1993. *Jogo de espelhos*. São Paulo, EDUSP.
- PAOLIELO, Renata M. 1992. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. Campinas. PPGAS/UNICAMP, dissertação de mestrado.
- PAOLIELO, Renata M. 1999. *As Tramas da Herança: da reprodução Camponesa às Atualizações dos Sentidos da Transmissão da Terra*. FFLCH/USP, tese de doutorado.
- PETRONE, Pasquale. 1961. Notas sobre os sistemas de culturas na Baixada do Ribeira. São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 39.
- PETRONE, Pasquale. 1966. "A Baixada do Ribeira: Estudos de Geografia Humana" *Boletim* nº 283, cadeira de geografia. São Paulo, FFLCH/USP.
- POLANYI, Karl. 1980. *A grande transformação*. RJ, Campus.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. 1973. *Bairros Rurais Paulistas*. SÃO PAULO, Duas Cidades.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. 1967. *Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas*. São Paulo, D.A.E.E. - USP.
- QUEIROZ, Renato S. 1983. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: Um Estudo de*

*Antropologia Econômica*. São Paulo, FFLCH/ USP, Antropologia 1.

- QUEIROZ, Renato S. 1997. Essa Terra é Santa, essa Terra é nossa: A comunidade de Ivaporunduva e o direito de propriedade. In ANDRADE, Tânia. 1997. *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo, IMESP.
- QUEIROZ, Ruben Caixeta. 1992. *Atores e retores na Juréia: Idéias e Práticas do Ecologismo*. Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado.
- REDFIELD, R. 1987. The Part-Societies with Part-Cultures. In SHANIN, Teodor. *Peasants and peasant societies*. Penguin, Londres.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. 1996. *Alma Africana no Brasil. Os Iorubas*. São Paulo, Oduduwa.
- SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar.
- STUCCHI, Deborah (coord.). 1998. *Lauda Antropológico. Comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões*. Ministério Público Federal, São Paulo.
- ZAN, José Roberto. 1986. Conflito de Terra no Vale do Ribeira. Estudo Sobre Pequenos Possesores em Luta Pela Terra no Município de Sete Barras. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

## 9. Anexo: Diagrama de parentesco

Muitos dos dados para a construção do diagrama de parentesco que apresentamos a seguir foram por nós coletados durante pesquisa de campo nas comunidades de Nhunguara e André Lopes. Mas nossa fonte principal foi uma série de diagramas desenhados a mão pela antropóloga Deborah Stucchi, trabalho primoroso e detalhado sem o qual não teria sido possível a elaboração deste nosso trabalho. Outra fonte importante foram os disquetes com registros de batismos gentilmente cedidos pela irmã Sueli Berlanga, da pastoral de igreja católica de Eldorado.

Foi elaborado um único diagrama para as famílias de André Lopes e Nhunguara, considerando que os dois grupos têm origem nas mesmas famílias, constituindo estreitas relações de parentesco em territórios contíguos.

Não se trata de um diagrama completo, preciso e nem definitivo, o que nos parece impossível de realizar. As primeiras famílias, presentes tanto na memória dos descendentes quanto na documentação pesquisada, existiram ainda nas primeiras décadas do século XIX, e nem todos os descendentes estão presentes. É bem possível que um ou outro personagem esteja deslocado de sua posição, considerando a possibilidade de os que informantes, ou então nós mesmos, tenhamos nos equivocado diante do grande número de pessoas que estão aqui registradas.

Contudo, os possíveis deslocamentos de personagens não impossibilitam a identificação de estratégias de constituição de parentesco e de território. O trabalho possibilita uma visão esquemática de várias constatações presentes neste relatório, como:

- os moradores atuais de Nhunguara e André Lopes são descendentes de pessoas cuja história está relacionada à escravização de homens e mulheres ocorrida na região do Vale do Ribeira, como Bernardo Furquim e Faustino Vieira, entre tantos outros, que aparecem nos registros de batismos como *pretos* (e, às vezes, como pardos) *livres* ou *libertos*;

- a realização de casamentos entre primos paralelos e cruzados, e entre tios e sobrinhas classificatórios (o que pode ser percebido pelo grande número de linhas pontilhadas que indicam esses casamentos);
- a formação de uma extensa malha de parentesco que une famílias de diversas comunidades negras existentes nos municípios de Iporanga e Eldorado.